

# FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

## QUALIFICATION OF PROFESSORS AND INCLUSIVE EDUCATION

BAÚ, Marlene Alamini

Servidora da UTFPR - Câmpus Medianeira  
[marlenebau@utfpr.edu.br](mailto:marlenebau@utfpr.edu.br)

### Resumo

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação social, cultural, pedagógica e política, iniciado em defesa dos direitos de todos os alunos, para estarem juntos, compartilhando e aprendendo, sem discriminação. A inclusão educacional é um processo gradativo, dinâmico e em transformação. Caminhos com grandes desafios estão sendo encontrados para que a educação inclusiva seja realmente efetivada, entre eles destaca-se a formação de professores. Neste contexto, a formação de professores é um dos compromissos das instituições de ensino tanto públicas quanto privadas, para desenvolver habilidades e competências necessárias para que a atuação do professor seja realizada com sucesso, qualidade e eficiência. A pesquisa foi executada com base em um levantamento sobre os materiais existentes que abordavam o tema, disponibilizados em livros e em referências de dissertações, teses e artigos nacionais e, em sites de órgãos governamentais e de bases de dados científicas, disponibilizados pela internet. As considerações finais do trabalho possibilitam, num outro momento, a continuarmos o assunto através de outros dados, num novo ponto de vista para a compreensão dessa importante área do processo de aprendizagem, porém é necessário que as pessoas envolvidas no processo aceitem os desafios, acreditem que é possível e ampliem as ações pretendidas.

**Palavras-chave:** educação inclusiva, formação professores, educação especial.

### Abstract

The worldwide movement for inclusive education is a social, cultural, educational and political action, started to defend the rights of all students, to be together, sharing and learning without discrimination. The educational inclusion is a gradual, dynamic and changing process. Paths with major challenges have been found so that inclusive education becomes really effective, among them there is the qualification of teachers. In this context, the qualification of teachers is one of the commitments of educational institutions both public and private, to develop skills and competencies required so that teacher's work can be successful, efficiency and of quality. The research was performed based on a survey of existing materials that addressed the topic, available in books and references of dissertations, theses and national articles and government agencies and scientific databases, available from internet sites. The final considerations allow, at another time, to continue the subject through other data, a new perspective to the understanding of this important area of the learning process, but it is necessary that the people involved in the process to accept the challenges, believe what is possible and expand the intended actions.

**Key-words:** inclusive education; qualification of professors; special education.

## INTRODUÇÃO

A escola com a responsabilidade de formar profissionais mais preparados para atender a diversidade na vida em sociedade, vem constantemente fazendo mudanças na sua organização curricular, principalmente no que se refere à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE).

A LDB - Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) destaca a importância da preparação adequada dos professores como pré-requisito para a inclusão, determinando que os sistemas de ensino devam garantir professores capacitados e especializados para a integração e adaptação dos educandos com NEE, no ensino regular.

O domínio dos conhecimentos pedagógicos pelos professores torna-se essencial, pois assim, poderão desenvolver suas atividades de ensinar, planejar e avaliar o ensino para seus alunos. A atividade de ensinar é complexa e exige professores com conhecimentos atualizados.

Desta forma, o grande desafio para as universidades é formar educadores preparados para construir estratégias de ensino e adaptar atividades e conteúdos, não só para os alunos considerados especiais, mas para todos os integrantes de sua classe.

Aranha (2000, p. 08) aponta a necessidade de se capacitar os professores, no sentido de se prover suporte técnico, didático e pedagógico, argumentando que “só assim se obterá um

fazer apoiado no saber e uma construção de conhecimentos originada no fazer”.

O presente trabalho se justifica ao sugerir uma reflexão acerca da importância de uma formação abrangente e aprofundada que realmente possibilite ao professor a aptidão necessária para lidar com as dificuldades inerentes a alguns quadros de deficiência.

Nessa perspectiva, este artigo foi elaborado a partir de um estudo baseado nas indicações bibliográficas apresentadas na literatura nacional especializada da área e objetiva realizar alguns apontamentos sobre a formação de professores na educação inclusiva, para uma melhor atuação no atendimento de alunos com NEE, na rede regular de ensino.

## 2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ALGUNS APONTAMENTOS

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação social, cultural, pedagógica e política, iniciada em defesa dos direitos de todos os alunos, compartilhando e aprendendo, sem discriminação.

A educação especial é resultado da mudança de opinião da sociedade, da melhoria das políticas públicas, da pressão imposta ao Estado pelos movimentos sociais, na consolidação de seus direitos como sujeitos sociais e, principalmente na criação de um novo modelo de projeto educativo para a efetivação da educação inclusiva nas escolas. Mittler (2003) a este respeito afirma que:

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas [...] diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças [...] e não apenas a aquelas que são rotuladas com o termo “necessidades educacionais especiais” (Mittler, 2003, p. 16).

Um dos principais espaços de convivência do ser humano é a escola. A escola inclusiva é aquela que respeita as especificidades de seu alunado, suas necessidades e potencialidades, que acolhe a diversidade, equiparando oportunidades, buscando um desenvolvimento que ofereça qualidade (BRASIL, 2004).

A escola deve estar organizada de forma que todos os alunos possam conviver e aprender juntos, interagindo, respeitando as diferenças e aprendendo com elas. Deve buscar desenvolver o potencial máximo do aluno, considerando as diferenças e os limites de cada um, visando estabelecer parâmetros de uma escola para todos, sem barreiras ou restrições.

Educação inclusiva implica num ensino adaptado às diferenças e as necessidades individuais. No entanto, Almeida (2006) descreve que vários autores, entre eles Manzini (1999) têm alertado para o fato de que a implantação da educação inclusiva tem encontrado limites e dificuldades, segundo esse autor, isso ocorre em virtude da falta de formação de professores das classes regulares para atender às especificidades dos alunos com necessidades educativas especiais, além da infraestrutura materiais adequados para a realização do trabalho pedagógico junto à criança com necessidade específica.

Para Glat et al. (2006, p. 13) “o professor, sozinho, não faz a inclusão, a política, sozinha, não faz a inclusão, faz-se necessária uma série de ações imediatas às políticas inclusivas para que a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais ocorra no sistema regular de ensino e sob condições adequada”.

Diante disso, faz entender que a educação especial só se concretizará de fato, por meio de ações que promovam o acesso, a permanência, a aprendizagem e a participação ativa dos alunos nas diferentes atividades realizadas no contexto escolar.

Partindo desses pressupostos, deve-se pensar que, para acontecer à participação assídua dos alunos nas diferentes atividades oferecidas pela escola, é necessário que o professor faça adaptações curriculares.

Há dois tipos de adaptações curriculares: as adaptações de acessibilidade ao currículo (grande porte) e as adaptações pedagógicas (pequeno porte).

As primeiras se referem à eliminação de barreiras arquitetônicas e metodológicas, condições físicas, materiais e de comunicação.

A segunda são modificações do planejamento, objetivos, conteúdos e metodologias, critérios de avaliação (BRASIL, 2004).

Diante dessas discussões, em 2003, o MEC – Ministério da Educação organizou o Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, visando apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos a fim de promover

a formação de gestores e educadores para garantir o direito de acesso de todos à escolarização.

Dada à relevância que a formação de professores tem na educação inclusiva, no próximo subtítulo discorreremos mais sobre este tema.

### 3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Caminhos com grandes desafios estão sendo trilhados para que a educação inclusiva seja realmente efetivada, entre eles destaca-se a formação de professores, uma vez que, este deve estar preparado e seguro para trabalhar com o aluno com NEE.

No Brasil, a formação de professores de educação especial teve início na década de 50 em cursos de nível médio, perdurando até o final dos anos 60. Nesta época evidenciava-se a presença de duas tendências adotadas pela formação: a tendência educacional, que caracterizou os cursos para o ensino a deficientes auditivos e deficientes visuais e a médico-pedagógica, que contemplava o ensino para deficientes físicos e mentais e caracterizava-se pelo aspecto terapêutico e tecnicista.

A formação de professores de educação especial é elevada do nível médio ao superior, nos anos 70, onde os cursos de Pedagogia passam a oferecer a Habilitação em Educação Especial. Neste período são ofertados os primeiros cursos de especialização, como alternativa para a

formação de professores de educação especial. (MAZZOTTA, 1999).

A Conferência Mundial sobre Educação para Todos, na Tailândia, 1990 e a Declaração da Salamanca, na Espanha, 1994, assim como a Convenção de Guatemala, 2001, serviram para dar início à execução de políticas educativas no mundo inteiro, entrando em discussão as habilidades e competência que os educadores deveriam dominar para a inclusão de alunos com NEE, entre elas destacam-se: a capacidade de se adaptar aos conteúdos de estudos, de recorrer à ajuda da tecnologia, de trabalhar em conjunto com especialistas, de avaliar as necessidades educativas, de concretizar ações que levam em conta a diversidade do aluno, sua capacidade intelectual, seus interesses e suas motivações (TORRES, 2001).

Batizando o texto acima, em documentos legais e de outra natureza, vêm sendo incluídas diretrizes onde estabelecem que a formação inicial de todos os professores precisa capacitá-los para atenderem as demandas específicas dos alunos com NEE, bem como, ter conhecimentos sobre alunos com necessidades especiais, não sendo mais um tema para as tradicionais habilitações em educação especial (MANTOAN, 2006).

Tendo em vista que a inclusão se aplica a todos, o professor tem um papel fundamental na escola e como principal desafio, construir e por em prática uma pedagogia capaz de atender e incluir os alunos com características pessoais e de aprendizagem que necessitam de uma pedagogia diferenciada. Para isso é necessário eliminar

as barreiras da formação tradicional, na qual o professor é movido a ver o estudante sem suas peculiaridades.

Goés (2002) observa que a grande dificuldade da prática filosófica inclusiva é a formação de professores para a educação inclusiva. Tal dificuldade pode ser verificada no despreparo dos professores para trabalharem com o que Vygotsky chama de condição peculiar, ou seja, com o atendimento do aluno em suas necessidades singulares de aprendizagem e desenvolvimento.

Nesse contexto, Beyer (2003) descreve que quando confrontamos as legislações que preveem a inclusão dos alunos com NEE, na escola, há uma grande distância entre o que está nos textos e as condições dos professores, no que se refere ao atendimento a este aluno. A maior parte dos professores julgam-se:

[...] despreparados para atender alunos com necessidades especiais: falta-lhes a compreensão da proposta, a formação conceitual correspondente, a maestria do ponto de vista das didáticas e metodologias e as condições de trabalho [...]. Os professores já em experiência de educação inclusiva mostram níveis preocupantes de stress, [...] principalmente devido à inexistência de uma formação anterior visando à capacitação para o ensino desse alunado (p.1-2).

Torna-se essencial que os professores tenham domínio no que diz respeito aos conhecimentos pedagógicos, pois assim, poderão desenvolver suas atividades de ensinar, planejar e avaliar o ensino para seus alunos (MANTOAN, 2006).

A Lei nº 9.394/1996, em seu Art. 59 preconiza que os sistemas de ensino assegurem

aos educandos com necessidades especiais: “[...] inciso III: professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como, professores do ensino regular, capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996, s/p).

Atuar com aluno especial exige do professor maior atenção em relação à sua prática, tendo em vista que não pode deter-se aos planejamentos padrões. As especificidades do aluno especial criam a necessidade de novas e diferentes formas de planejar e executar as atividades didáticas, de organizar a sala de aula, de forma a interagir com os alunos com NEE.

A formação do professor para atuar na inclusão de NEE deve ser preocupação e compromisso das instituições de ensino superior (IES), e as mudanças pelas quais as universidades têm passado inserem nos cursos de graduação alterações importantes que estabelece novos objetivos aos currículos dos cursos de licenciatura.

Assim, o debate abordando o currículo, em relação à formação para a educação inclusiva, desponta como uma realidade projetada por visões diferentes e complexas sobre o que se deve considerar como saberes necessários à formação de professores visando à inclusão de alunos com NEE.

A educação especial é modalidade de educação e o processo de inclusão obriga o aceite da matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino.

Dessa forma, o profissional que escolheu a profissão do magistério optou também, pela possibilidade de atuar diretamente com esses alunos (ALMEIDA, 2006).

Ainda, para a autora discutir e questionar o sistema e as políticas é competência própria à formação do professor, porém, isso implica mudança e compromisso político e social. Segundo Dermeval Saviani: “[...] ao adquirir competência o professor ganha também condições de perceber, dentro da escola, os obstáculos que se opõem à sua ação competente” (1995, p.45).

A Portaria nº 1793/1994 (BRASIL, 1994) recomenda a inclusão de disciplinas de educação especial nos cursos de licenciaturas e nos demais cursos de graduações, porém poucos são os cursos que oferecem disciplinas ou conteúdos voltados para a educação dos deficientes. Santos (2002) ao discutir sobre a formação docente para atuar na inclusão, afirma que:

Pedagogia é o único curso de nível superior que possui instrumentos teóricos e experiência na formação de docentes do ensino especial e do ensino regular, capaz de “consagrar” uma formação coerente com os pressupostos da proposta da Educação Inclusiva (p.37).

Tomando como base as análises de Vitaliano e Nozi (2012), cabe aos cursos de formação de professores uma proposta pedagógica direcionada à diversidade, já que “a universidade é um lugar onde os valores e práticas de educação inclusiva precisam ser vivenciadas”.

De acordo com Queiroz (2010) a formação

do professor é uma questão bastante preocupante porque o processo de inclusão escolar está sendo efetivado no país, a composição do aluno na escola se tornando cada vez mais diversificada e o currículo dos cursos formação de professores não contempla essa nova realidade.

Esta preocupação também é citada por Góes (2002) que ao se referir aos cursos de licenciatura observa a falta de preparo dos futuros professores com relação à educação inclusiva. Esse despreparo torna frágil a qualidade da educação para o aluno com deficiência.

A formação docente com princípios para a inclusão também é defendida por Rodrigues (2012), quando relata que a formação inicial de professores com relação à inclusão, deveria ser feita contemplando em cada disciplina da formação conteúdos que pudessem conduzir a uma atuação inclusiva.

Nas diretrizes recomendadas pelo Ministério Público Federal os cursos de formação de professores especializados em Educação Especial devem preparar os profissionais, de modo que possam prestar atendimento educacional especializado, em escolas comuns, envolvendo conhecimento como Braille – recomendado pela Portaria no. 319, de 1999 e Libras – conforme decreto no. 5.626/2005.

Devem ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores, conhecimento de práticas pedagógicas inclusivas, técnicas que facilitem o acesso da pessoa com deficiência ao ensino regular (VITALIANO, 2012).

A ideia sugerida por Montoan (2006) seria utilizar os recursos do ensino a distância para formar professores para o atendimento às deficiências sensoriais, físicas e intelectuais em nível de extensão e, ao mesmo tempo, organizar cursos de pós-graduação para assegurar uma formação mais adequada.

Para a autora deve ser lançados cursos para preparar professores especializados ao invés de propagar cursos que se destinam a professores comuns, para que aprendam a ensinar alunos com deficiência, incluídos em sala de aula do ensino regular.

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base na sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Mantoan (2006) afirma que os professores esperam aprender uma prática inclusiva, isto é, uma formação que lhes permita aplicar esquemas de trabalho pré-definidos nas suas salas de aulas, garantindo a solução dos problemas que pensam encontrar nas escolas inclusivas.

A docência tornou-se complexa e diversificada, já não é mais uma profissão pautada apenas na transmissão do conhecimento acadêmico ou da transformação de conhecimentos científicos em saberes escolares.

O professor com ou em formação adequada, capacitado ou não, está envolvido neste processo e, apesar da tônica do processo inclusivo, mesmo que timidamente, o aluno com deficiência esta chegando à universidade e trazendo com ele

desafios que deverão ser enfrentados. Para referenciar, nos últimos dez anos a matrícula de aluno com deficiência em universidades cresceram 438%. Os estudantes com deficiência passaram de 5.078 em 2003 para 27.323 em 2012. Do total de alunos com deficiência matriculados no ensino superior, 16.790 estão nas Instituições Privadas de Ensino Superior. (BRASIL, 2014).

Segundo Brasil (2012), entre 2013 e 2014, o governo vai abrir 27 cursos de letras com habilitação em língua brasileira de sinais (Libras,) nas Universidades Federais e uma em cada Estado da Federação. Além disso, o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) vai ofertar mais 12 cursos de educação bilíngue (Portugues–Libras), a partir de 2014, objetivando formar o docente para a educação inclusiva.

As mudanças, visando à formação de professores para atuar na educação inclusiva, podem contribuir expressivamente para que as transformações nas escolas aconteçam de fato. O que se pretende é uma pedagogia centrada no aluno que por sua vez, ocasione a construção de uma sociedade que respeite a dignidade e as diferenças humanas. Esta a missão dos responsáveis que atuam no campo da definição de políticas educacionais inclusivas.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise das informações coletadas, fica evidente que pensar na formação

de professores é essencial para que a educação inclusiva ocorra de modo efetivo e adequado. Entender e suprir as necessidades educacionais especiais de pessoas com deficiência é garantir um direito legal. A inclusão é um fator importante para a transformação social da pessoa deficiente.

O grande desafio para as universidades é formar educadores preparados para elaborar estratégias de ensino e adaptar atividades e conteúdos não só para os alunos com NEE, mas para todos os participantes.

Desse modo, para que se efetive a inclusão é necessário que as pessoas envolvidas no processo aceitem os desafios, acreditem que é possível e ampliem as ações pretendidas. Só assim, a educação inclusiva deixará de ser apenas garantida pela legislação e por documentos educacionais e passará a ser realidade nas escolas brasileiras e na sociedade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. E. M. Educação especial na formação de professores das universidades de Mato Grosso do Sul. UNIrevista - Vol. 1 n° 2: (abril 2006), ISSN 1809-4651.

ARANHA, M. S. F. Inclusão Social e Municipalização. In: Manzini, E. J. Educação Especial: temas atuais. Marília: Unesp: Marília-Publicações, 2000, p. 01-09.

BEYER, H. O. A. A Educação Inclusiva: incompletudes escolares e perspectivas de ação. Cadernos de Educação Especial. Santa Maria, n.22, 2003.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.294, de 20 e dezembro de 1996). Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Portaria nº 1.793, de dezembro de 1994. Recomenda a inclusão da disciplina ou inclusão de conteúdos sobre aspectos ético-político-educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades

especiais em cursos de graduação, Brasília, DF, 1994.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Educação inclusiva: v. 3: a escola / coordenação geral SEESP/MEC; organização Maria Saete Fábio Aranha. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Portal Brasil. 2012. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/10/02/ensino-superior-do-brasil-tem-recorde-de-matriculas-nos-ultimos-anos>. Acesso em: 11/05/2013 ARBOSA, Denis. Uma Introdução à Propriedade Intelectual. Lumen Juris, 2010.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Censo da educação superior: 2010 – Resumo Técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2012. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000090&pid=S1413-6538201300020001100001&lng=enç](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000090&pid=S1413-6538201300020001100001&lng=enç). Acesso em: 24 mar. 2014.

GÓES, M. C. R. de. Relações entre desenvolvimento humano, deficiência e educação: Contribuições da abordagem histórico-cultural. RBOSA, Denis Borges. Da Tecnologia à Cultura: Ensaio e Estudos de Propriedade Intelectual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. In: M. K. Oliveira, D. T. R. Souza; T. C. Rêgo (Org.) Psicologia, Educação e as Temáticas da Vida Contemporânea. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2002.

GLAT, R. et al. Formação de professores na educação inclusiva: diretrizes políticas e resultados de pesquisas. 2006.

QUEIROZ Jr. E. Formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado: desafios e perspectivas. 2010. 117 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2010.

MAZZOTTA, M. J. S. Inclusão escolar e educação especial. In: V Jornada Curitibana de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Curitiba, 1999.

MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G.; ARANTES, V. A. Entre pontos e contrapontos. Parte III. In: MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G.; ARANTES, V. A. (orgs). Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

MITTLER, P. Educação Inclusiva: Contextos Sociais. Editora: Arnet, São Paulo, 2003.

RODRIGUES, S. M. Educação inclusiva e formação docente. Diversa: educação inclusiva na prática. 012009, 2012.

SANTOS. J. B. A dialética da exclusão/inclusão na história da educação de alunos com deficiência. Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 11, nº 17, p. 27-44, jan/jun, 2002

SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995. (coleção polêmicas do nosso tempo; v.40).



VITALIANO, C. R.; NOZI, G. S. Saberes necessários aos professores para promover a inclusão de alunos com necessidades Educacionais Especiais. Revista Educação Especial, v. 25, n. 43, maio/ago. 2012.

VITALIANO, C. R.; NOZI, G. S. Saberes necessários aos professores para promover a inclusão de alunos com necessidades Educacionais Especiais. Revista Educação Especial, v. 25, n. 43, maio/ago. 2012.

Artigo submetido em: 06.10.2013

Artigo aprovado para publicação em:03.09.2014